

CONSTITUINTE/SISTEMA FINANCEIRO

Anbid teme fechamento econômico do País

por Cecília Costa
do Rio

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), Cristiano Buarque Franco Neto, está muito preocupado com a possibilidade de que o anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro venha a ser aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e Finanças da Assembléia Nacional Constituinte. De acordo com ele, a redação final do anteprojeto fere totalmente os princípios da livre iniciativa, tendo características estatizantes e nacionalistas acentuadas.

São vários os artigos que não têm a aprovação do presidente da Anbid e que ele espera venham a sofrer emendas ou sejam rejeitados pela comissão. Entre eles, destacam-se todos os que se referem à participação dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro. Além de proibir a participação de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras em bancos de inves-



Cristiano Buarque Franco Neto

timentos, companhias e corretoras de seguros e demais instituições financeiras, o anteprojeto também proíbe a captação de depósitos no mercado brasileiro por instituições estrangeiras sediadas no País, estabelecendo que aquelas que o fazem terão que fechar suas agências dentro do prazo de um ano.

Ou seja, os bancos estrangeiros só poderão ter

escritórios de representação no Brasil, o que, na opinião de Franco Neto, poderá gerar retaliações no exterior relativas às agências de bancos brasileiros que hoje atuam no mercado internacional. "A medida geraria na prática o fechamento econômico do País, pois desestimularia negócios na área comercial, já que os bancos estrangeiros que têm agências no Brasil costumam realizar uma espécie de ponte entre empresários estrangeiros e brasileiros, além de terem grande atuação no financiamento e exportação."

Quanto à estatização, está presente em vários artigos do anteprojeto, acentuou, "de forma camuflada ou sob uma espécie de cortina de fumaça". Citou, por exemplo, a garantia oferecida pela União somente a depósitos e aplicações realizadas em instituições financeiras estatais e a exigência de que a abertura de novas agências seja subordinada a uma lei municipal. A proibição de que pessoas que tenham exercido cargos administrativos no setor privado, nos últimos quatro anos, sejam indicadas para a diretoria do

Banco Central (BC), por outro lado, na opinião do presidente da Anbid, constituiu um verdadeiro ataque à idoneidade moral dos agentes do setor privado.

O CRÉDITO E A INADIMPLÊNCIA

O presidente da Anbid criticou também a intenção do governo de antecipar a cobrança de imposto de renda das pessoas jurídicas, porque "prejudicaria ainda mais o resultado das empresas". Medida tributária como esta, afirmou, só poderá ser baixada se o programa de consistência econômica corrigir realmente os desequilíbrios atuais, garantindo maior geração de lucros. Não apenas as micro e pequenas empresas devem ser auxiliadas pelo governo, mas também as médias e as grandes, comentou.

Quanto ao setor financeiro, "já vem dando sua contribuição às dificuldades enfrentadas nos últimos meses pelo setor produtivo, permitindo o refinanciamento dos empréstimos e aceitando atrasos no pagamento bem superiores aos que normalmente costumava aceitar. Os bancos dese-

jam, até, informar, ter maior flexibilidade na transformação de crédito em liquidação em prejuízo, tanto que estão negociando junto ao FC uma dilatação de prazo, a esse respeito, de 90 para 180 dias.

Também no que se refere à inadimplência, o sistema vem optando por maior benevolência: "Se antes um atraso no pagamento de cinco dias já era suficiente para considerar o tomador

inadimplente, agora leva-se em consideração prazo de quinze a trinta dias". Maior cuidado, porém, vem sendo tomado na concessão no crédito, principalmente no que diz respeito ao desconto de duplicata, que se desmoralizou, nos últimos tempos, já que alguns bancos descontaram duplicatas de mercadorias que, ao serem entregues, foram devolvidas", disse Franco Neto.